

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO GRANDE MUCURIPE, EM FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL

RESUMO

A região do Grande Mucuripe é constituída por um conjunto de bairros do setor leste de Fortaleza, habitados por população de níveis de renda diferenciados que vão desde os mais altos salários até um nível de miséria extrema. Esta porção da cidade que historicamente tem passado por processo contínuo de produção espacial, caracteriza-se por ser uma área industrial e portuária, envolta de praias destinadas ao turismo e a habitação de tipologias diversas. O objetivo deste trabalho é analisar as transformações do espaço na Grande Mucuripe, resultado de constantes reestruturações urbanas que ocorreram em Fortaleza. A relevância deste estudo está na abordagem que se dá a temática habitação, entendendo como processos globais influenciam localmente o mercado imobiliário e afeta a vida de milhares de pessoas. Para tanto, foram realizadas pesquisas em documentos, visitas à área para reconhecimento, registro fotográfico e conversa informal com moradores e frequentadores.

Palavras-chave: Cidade. Produção do espaço. Habitação.

ABSTRACT

The Grande Mucuripe Region is a set of neighborhoods of Fortaleza's Eastern, inhabited by people of different income from higher wages to a level of extreme poverty. This local historically has passed continuous process of production space, it is characterized for being an industrial and port area, shrouded beaches for tourism and housing of various types. The objective of this study is to analyze the transformations of space in the Grande Mucuripe, the result of constant urban restructuring that occurred in Fortaleza. The relevance of this study is the approach that gives the theme housing, understanding how global processes locally influence the housing market and affect the lives of thousands of people. Therefore, we carried out research on documents, visits to the area for reconnaissance, photographic documentation and informal conversation with locals and regulars.

Key words: City. Production Space. Housing.

RESUMEN

La región de la Grande Mucuripe consiste en un conjunto de barrios del sector oriental de la Fortaleza, habitado por personas de diferentes niveles de ingresos que van desde los salarios más elevados a un nivel de pobreza extrema. Esta parte de la ciudad que históricamente ha pasado a proceso continuo de producción de espacio, se caracteriza por ser una zona industrial y portuaria, playas envueltas para el turismo y la vivienda de varios tipos. El objetivo de este estudio es analizar las transformaciones del espacio en el Gran Fortaleza, el resultado de la reestructuración urbana constante que tuvo lugar en Fortaleza. La relevancia de este estudio es el enfoque que da la vivienda tema, la comprensión de cómo los procesos globales a nivel local influyen en el mercado de la vivienda y afectan la vida de miles de personas. Por lo tanto, se llevó a cabo una investigación sobre los documentos, visitas a la zona para el reconocimiento, documentación fotográfica y la conversación informal con los lugareños y clientes habituales.

Palabras clave: Ciudad. Producción de espacio. Vivienda.

MS. ANNA EMÍLIA MACIEL

Barbosa

emiliamaciel@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

– UFC

Doutoranda do Programa de

Pós-Graduação em

Geografia

INTRODUÇÃO

Fortaleza, metrópole situada no nordeste brasileiro, em seu processo de produção espacial passou por muitas transformações. No entanto, mais recentemente, tais alterações na paisagem se mostram mais intensas, em razão de uma série de fatores, como: a dinâmica socioespacial promovida pela ação do capital, do Estado e dos moradores sobre o espaço urbano; mudanças de grupos políticos no poder local; o uso de recursos públicos destinados à preparação da cidade para a Copa das Confederações e do Mundo, nos últimos anos; e a lógica global capitalista de produção e uso dos espaços, que faz e refaz as cidades aplicando o capital excedente (HARVEY, 2013).

A produção espacial urbana é um processo que afeta toda a cidade, apesar da seletividade espacial, que potencializa o investimento em determinadas áreas de uma cidade. O setor leste de Fortaleza é uma porção que historicamente constituiu-se como concentradora de infraestruturas e equipamentos. Assim, parte dos grandes projetos, além de outros tipos de investimentos que chegaram à cidade nos últimos 10 anos, localizam-se nos bairros deste setor da cidade

A região Grande Mucuripe, constituída neste trabalho por sete bairros, mostra a contradição do processo de produção do espaço urbano nos moldes capitalistas. Estes bairros são habitados por população de níveis de renda diferenciados que vão desde os mais altos salários até um nível de miséria extrema. Caracteriza-se por ser uma área industrial e portuária, margeada de praias destinadas ao turismo e lazer, e possuir habitações de variadas tipologias. Muitas favelas compõem a paisagem do Grande Mucuripe, revelando uma problemática habitacional bastante antiga.

É nesta realidade de contradições que grandes intervenções da iniciativa pública e privada chegam ao local, na busca por legitimar esta região como área “nobre” da cidade, promovendo remoções, diretas ou indiretas via Estado, das populações mais carentes. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as transformações do espaço da Grande Mucuripe, resultado de constantes reestruturações urbanas que ocorreram em Fortaleza. A discussão da temática habitação será o componente em destaque da pesquisa, percebendo no movimento do mercado imobiliário, bem como, dos moradores da área a dinâmica de produção e organização do espaço da cidade.

A CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade capitalista é produto da ação humana, em determinado espaço e tempo. Para Carlos (2004) a realidade material da cidade se revela pelo conteúdo das relações sociais de determinados períodos que lhe dão forma, sendo assim um produto histórico social. A cidade, no entanto, vai além do produzido, pois se faz produto, meio e condição para a reprodução das relações sociais ¹.

Uma característica importante da cidade é a sua capacidade de aglomeração e concentração. Glaeser (2011) identifica o fenômeno da aglomeração na cidade quando a descreve enquanto lugar de pouco espaço para tamanha população e construções: “cidades significam falta de espaço físico entre pessoas e empresas. Elas representam proximidade, densidade. Intimidade. Elas nos permitem trabalhar e jogar juntos, e seu sucesso depende da demanda por conexão física” (p.6). Lojkin (1997) também compreende a cidade enquanto

¹ Ana Maria Matos Araújo (2010) esclarece que o espaço é um simples reflexo das relações sociais, mas é preciso reconhecer que ele próprio determina e modifica as relações. Rodrigues (2013) exemplifica como o espaço da cidade capitalista pode ser entendido como produto, meio e condição. Assim, para a autora “o espaço produto é a condição para vender a imagem da cidade como uma mercadoria, que se tornará o meio, onde se investirá para possibilitar a continuidade da reprodução ampliada do capital” (p.14-15).

local de aglomeração, organizada a partir das leis capitalistas de acumulação.

Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, *dos prazeres e das necessidades* – em outras palavras *a cidade* – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização *das condições gerais* da produção – das quais a urbanização, já vimos, é componente essencial (LOJKINE, 1997, p.159).

Para Harvey (2013) as cidades resultam da concentração geográfica e social do excedente da produção. Assim o excedente proveniente da produção deve ser aplicado em algo que também gere lucro, a produção do espaço urbano é um dos meios de aplicação deste capital. A cidade, deste modo, é o lugar onde há maior investimento de capital, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade (CORRÊA, 1999).

Para Silva (2008) “cidade é, antes de tudo, trabalho. Produzir a cidade é um ato coletivo contínuo de transformação e mudança. [...] Estado, empresa, comerciantes, funcionários, operários e a população, em seu conjunto, atuam de forma decisiva na produção da cidade” (p.136). Essa produção, no entanto, é promovida por diferentes atores, ocorrendo simultaneamente e continuamente. E quando os interesses de uns atinge os de outros inicia-se o conflito.

Lefebvre (2001) acrescenta que a cidade é um ambiente das diferenças. A partir destas, se revelam os conflitos de classes, pelo uso e apropriação do espaço urbano. Assim as diferenças e os conflitos se mostram em várias esferas, principalmente, no consumo. O acesso limitado de grande parcela da população a alguns bens de consumo, dentre eles a habitação, é gerador de grandes males nas cidades.

Tem-se, deste modo, uma das contradições reveladas na cidade: a coexistência de processos de concentração de riqueza e de pobreza, onde um está relacionado ao outro na garantia de sua existência. Santos (2008) lembra que a grande cidade é um polo da pobreza, pois ela atrai e mantém populações pobres, ideia semelhante a de Glaeser (2011). Este ressalta que “as cidades não tornam as pessoas pobres, elas atraem pessoas pobres. O fluxo de pessoas menos favorecidas para as cidades (do Rio a Roterdã) demonstra a força urbana e não sua fraqueza” (p.10). Isso está ligado ao fato da “grande cidade tornar-se o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal” (SANTOS, 2008, p.10).

Santos (2008) lembra que o processo de urbanização brasileira se mostrou por muitos anos associado à pobreza enquanto característica da cidade, visto o campo brasileiro ter rechaçado os pobres em virtude da agricultura capitalizada. Estes ao chegarem às cidades não conseguiram ser absorvidos pelo número de empregos gerados pela indústria, ficando para o terciário a responsabilidade de empregar a grande massa, seja por meio do trabalho formal ou informal. Outra característica importante da urbanização no Brasil é a sua ligação com o crescimento populacional, pós Segunda Guerra Mundial, período em que há o agravamento das mazelas das cidades brasileiras.

A urbanização brasileira apresenta aspectos semelhantes a de outros países de modernização tardia e com características de subdesenvolvimento. Santos (2009) afirma que em razão das peculiaridades da história dos países subdesenvolvidos, os problemas nas cidades destes países tornam-se mais ampliados e muitas vezes o que é feito para resolvê-los surgem como novos problemas. A grosso modo, Glaeser (2011) diferencia a realidade entre as cidades dos países ricos e pobres, e coloca a busca pelo desenvolvimento urbano como forma de superar a pobreza.

Nos países ricos do Ocidente, as cidades sobreviveram ao fim tumultuado da era industrial e agora estão mais ricas, mais saudáveis e mais sedutoras do que nunca. Nos lugares mais pobres do mundo, as cidades estão se expandindo enormemente porque a densidade urbana fornece o caminho mais claro para se sair da pobreza rumo a prosperidade (GLAESER, 2011, p.1)

As cidades, portanto, apresentam semelhanças quanto ao processo de produção espacial e a presença de questões sociais, pois obedecem uma lógica global de produção de desigualdades, característico do modo de produção capitalista. Isto pode ser percebido em diferentes setores da sociedade, sendo habitação a forma mais perceptível destas desigualdades. Percebe-se as cidades cada vez mais desiguais socioespacialmente e perversas com os mais pobres.

A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE FORTALEZA

As grandes cidades são o lugar onde se encontram expostas as contradições resultantes da lógica capitalista, pois apresentam porções modernas e belas, revelando simultaneamente altos níveis de desigualdades e de pobreza. Uma forma bastante simples de perceber a desigualdade socioespacial dos lugares é observando as tipologias residenciais. Conforme ONU-HABITAT (2012), a moradia ainda é um problema para muitos países da América Latina e Caribe, apesar da situação habitacional da população destes locais ter melhorado nos últimos 20 anos. De acordo com o relatório “los gobiernos han dado pasos importantes para materializar el derecho a una vivienda digna, pero todavía hay graves deficiencias que impiden garantizar a todos un hábitat adecuado” (p.62).

A análise de Furtado, Lima Neto e Krause (2013) identificou uma queda do déficit habitacional brasileiro entre os anos de 2007 e 2011, mesmo tendo havido um salto em 2009. Eles ressaltam, no entanto, que se trata ainda de fato problemático que ainda afeta milhares de famílias. Além disso, conforme o estudo, 81% do déficit habitacional² brasileiro se concentra nas cidades, sendo assim, um evento majoritariamente urbano.

Conforme dados do Censo IBGE (2010), no Brasil são cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em aglomerados subnormais³, ocupando 3,2 milhões de domicílios. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, são mais de 1 milhão de pessoas vivendo em aglomerados. Em Fortaleza são 396.370 pessoas vivendo em 109.122 domicílios classificados como aglomerados subnormais ocupados. Nestas áreas, a média do rendimento nominal mensal por pessoa, em Fortaleza, é de R\$ 250,00 por pessoa, estando abaixo da média brasileira (R\$ 370,00).

Tem-se, assim, 16% da população fortalezense morando em áreas de habitação precária, convivendo com problemas infraestruturais, violência, coabitação, dentre outros. São áreas espalhadas por toda a cidade, com concentração nos setores oeste e sul da cidade, que se

² Entende-se déficit habitacional “como a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento” (BRASIL, 2011, p.15).

³ Conforme o IBGE, “o Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e

b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica)” (IBGE, 2010).

caracterizam pela grande densidade populacional e que mostram uma realidade de pobreza e ilegalidade.

A moradia é uma necessidade humana e possui como suas funções essenciais o abrigo e o local de descanso. Entende-se a habitação não só a casa como estrutura física, mas também as relações que se estabelecem com origem nelas, tais como a vida em comunidade e o uso dos espaços da cidade, possuindo, assim, a habitação uma influência direta nas relações estabelecidas na urbe (BARBOSA, 2009). O habitar, deste modo, seria o uso da habitação aliado aos demais locais e habitantes da cidade.

A questão habitacional em Fortaleza reflete as consequências da globalização neoliberal, que induz as cidades a produzirem seus espaços conforme os interesses do capital imobiliário, afetando o habitar dos segmentos mais pobres e agregando cada vez mais problemas sociais no espaço urbano. Mattos (2006) entende este fato como uma tendência global que está ligada também as relações trabalho, pois há a precarização da força de trabalho, característica da acumulação flexível, afeta na acentuação das desigualdades sociais, destacando “nuevas formas de exclusión, segregación, fragmentación y tugurización, que han afectado negativamente la vida social de la mayoría de las grandes aglomeraciones urbanas” (MATTOS, 2006, p.50-51).

O GRANDE MUCURIPE E SUA DINÂMICA NA PRODUÇÃO ESPACIAL

A área que neste trabalho classifica-se de Grande Mucuripe refere-se a uma porção litorânea do setor leste Fortaleza. Nela estão contidos os bairros Mucuripe, Varjota, Papicu, Praia do Futuro I, Vicente Pinzon, Cais do Porto e De Lourdes. Estes apresentam paisagens bem diferentes, fato relacionado diretamente com a distribuição de renda entre eles. Comparando o nível de renda dos bairros, a partir dos dados do Censo 2010 do IBGE, encontra-se o bairro De Lourdes com cerca de 60% dos domicílios possuindo rendimento maior que R\$ 5.100,00. Fato que ocorre também em 42% dos domicílios do bairro Mucuripe e 37%, no bairro Varjota. Estes bairros apresentam-se com renda acima da média da capital, já que 10% do total de domicílios fortalezenses apresentam este nível de renda. No entanto, nos bairros Cais do Porto, Vicente Pinzon e Praia do Futuro I grande parte dos domicílios somam rendimentos de até R\$ 1.530,00.

São, em sua maioria, bairros residenciais, que agregam serviços e comércios, em especial, nas importantes avenidas que os cortam, como: Santos Dumont, Engenheiro Santana Júnior, Via Expressa, dentre outras. Concentram-se prédios e estabelecimentos comerciais, shopping centers e serviços, voltados para a classe média alta. A presença de favelas, entretanto, ocorre em quase todos os bairros, estando isento apenas o bairro De Lourdes. As habitações precárias nos bairros revelam a problemática habitacional na região, que passou a ser interessante ao mercado imobiliário na década de 1960, período que a produção imobiliária passa a ser mais intensa.

A relação com o mar sempre esteve presente na história do Grande Mucuripe, que por muitos anos foi uma colônia de pescadores, marcado pela presença do mar, areias alvas, pequenas choupanas e a prática de atividades artesanais. Em meados do século XX, no entanto, a produção espacial desta área se iniciou com maior intensidade. No início deste século ainda existia uma pequena aldeia de pescadores e poucas casas de veraneio de pessoas com mais alta renda, conforme Blanchard Girão (1998).

Na década de 1930, houve a construção, em regime de mutirão, da igreja no alto para onde foi levada a imagem de Nossa Senhora da Saúde. Atualmente, segundo Ramos (2003), o novenário de Nossa Senhora da Saúde constitui-se como um dos elementos definidores da identidade do Mucuripe. A religião destaca-se como agente propulsor de produção do espaço, visto que uma igreja permite que ao seu redor se desenvolva uma dinâmica social, em razão de missas e eventos religiosos.

O aumento do fluxo migratório em direção a capital trouxe muitos imigrantes para a Grande Mucuripe. As grandes secas e a questão agrária foram motivações para a saída do camponês cearense rumo a capital. Em 1932, com a uma grande seca, muitos imigrantes que chegavam a capital se alojaram na faixa litorânea, pois na época eram áreas de pouco interesse das classes abastadas e do capital imobiliário. Neste período, surgem as primeiras favelas da capital – Pirambu, Zé do Padre e Mucuripe.

No anos de 1940 e 1950, Girão descreve o Mucuripe como um amaranhado de ruas que começaram a brotar, pessoas com diferentes costumes e culturas passaram a se instalar, a prostituição se espalhou pelo litoral e a pobreza passou a caracterizar a paisagem local. Fato resultante do aumento populacional na área, agravando a questão habitacional que já aparecia na cidade e trazendo consigo o problema da prostituição.

Foi nos anos 1940, também, que a área do Mucuripe ganha destaque em Fortaleza, em função do Porto de Fortaleza que inicia os seus trabalhos de construção. Conforme Jucá (2000), no início do século XX, o Mucuripe era visto como uma área distante, o que proporcionou uma resistência para a construção do porto de Fortaleza nesta região da cidade. Para o autor, “mesmo com a ausência de um cais, agravada pela violência das ondas, a ideia de instalar o porto mais distante, no Mucuripe, não era apoiada, a princípio, pela grande distância da cidade”(p.121).

A proposta para construção do Porto do Mucuripe data desde 1870, recomendado por um engenheiro inglês. Em 1875, o engenheiro John Hawkshaw deu continuidade ao projeto e, em 1883, a obra do porto foi contratada, sendo iniciada três anos depois, no entanto, em razão de eventos naturais, como ausência de arrecifes e violência das onda, a obra não teve continuidade. Apenas em 1946, “o interventor Pedro Firmeza foi autorizado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas a iniciar a construção das obras do Porto, que também seriam custeadas pelo Estado, por meio de acordo firmado com a União” (JUCÁ, 2000, p.124).

A vinda do porto, entretanto, despertou nova dinâmica espacial para esta área da cidade, principalmente quanto a organização e uso do solo. “Com os trabalhos do porto do Mucuripe em andamento, [...], os terrenos situados nas proximidades foram sendo valorizados. A imobiliária Antônio Diogo, em 1950, loteou uma área, que se estendia do farol do Mucuripe até a barra do rio Cocó” (JUCÁ, 2000, p.128). O porto, deste modo, foi um equipamento que promoveu uma valorização e, conseqüentemente, um aumento do interesse dos investidores para a região.

“Com o intuito de regularizar o precário fornecimento de energia, a prefeitura de Fortaleza iniciou as obras de montagem da Usina Municipal de Luz e Força no Mucuripe, em 1952, que teria capacidade geradora de 12.500 kw” (JUCÁ, 2000, p.112). Assim, Fortaleza que até a década de 1950 possuía precária distribuição de energia, serviço fornecido pela Empresa Ceará Light, posteriormente encampada pelo Poder Municipal. Com a mudança veio também, em 1954, a criação do Serviço de Luz e Força em Fortaleza – Serviluz. Este nome hoje ainda é lembrado, pois designa uma grande área de favela localizada no Grande Mucuripe.

O Mucuripe tornou-se, também nesta década, um polo portuário e industrial da cidade. Com a instalação do porto, chegaram armazéns e depósitos, casas comerciais, moinhos de trigo e indústrias ao local. Em 1966, instalou-se a Fábrica de Asfalto de Fortaleza (ASFOR), com o terminal de Gás Butano. Além de equipamentos, a região também recebeu infraestrutura, como a construção do Ramal Ferroviário do Mucuripe, em 1941, que partia da Parangaba (Antiga Estação Arronches). A via facilitou o transporte de carga para o porto, inicialmente de café proveniente da Serra de Baturité. Hoje o serviço ferroviário é realizado pela empresa Transnordestina Logística, que transporta vários tipos de mercadoria.

A construção da avenida Beira Mar, nos anos de 1960, trouxe consigo novos fluxos e serviços para aquela área, atraindo restaurantes, hotéis e edifícios residenciais de alto padrão, cuja edificação se intensificou nos anos de 1980 e 1990. Há, neste período, uma remoção em

massa das populações litorâneas, bem como o surgimento de movimentos de resistência por parte destas populações, cuja finalidade era permanecer em seus locais de moradia. Conforme Costa (2005) a construção da avenida Beira Mar proporcionou nova dinâmica nos espaços litorâneos de Fortaleza.

Conforme Ramos (2003), a partir de 1980, famílias de pescadores fixaram-se nas encostas dos morros do Teixeira, Morro Santa Terezinha, Castelo Encantado, bem como nos bairros Vicente Pinzón, formando as favelas do Serviluz e o Farol, e Varjota. Assim, os moradores das vilas de pescadores “foram atirados de suas choupanas para as dunas próximas: o Morro do Teixeira, o de Santa Terezinha, o Castelo encantado. Muitos já vivem no Farol – nominado Vicente Pinzón pela Prefeitura – ou precisam de ônibus para chegar às suas casinhas” (GIRÃO, 1998, p.87).

Ainda neste período, o Governo do Estado do Ceará iniciou o programa de remoção de favelas. Neste contexto é construído o Conjunto Santa Terezinha, possuindo quatro etapas, edificadas entre os anos 1980 e 1983, pela Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA.

O Mirante de Santa Terezinha era um destaque nesta região, principalmente nos anos de 1990. Era uma área destinada ao turismo, que apresenta uma bela vista da cidade, e por isso rodeada de bares e restaurantes, na época. Nos anos 2000, contudo, o local entra em decadência e atualmente quase não há mais restaurantes e bares funcionando, assim como, turistas. A população buscou tentativas de revitalizações com apresentações culturais, mas isto não barrou o processo de decadência.

No ano de 2011, foi iniciado um projeto no morro, que previa, conforme Anjos (2013), “a contenção do morro e ações de paisagismo em 4,6 hectares. (...) Na Praça do Mirante, estavam previstos equipamentos de ginástica, mesas para dominó e xadrez, anfiteatro, parquinho para crianças e quiosques para cooperativas”. As obras, todavia, paralisaram e a paisagem do Morro do Mirante ficou repleta de obras inacabadas, lixo depositado de forma inadequada e grandes reclamações acerca da violência. Em 2014, reiniciou-se as obras de revitalização. O projeto não é muito diferente do proposto de 2011, no entanto, agora prevê dois bondinhos que levarão as pessoas até o mirante.

Houve ainda, entre os anos 2009 e 2010, uma grande discussão na cidade acerca da instalação do Estaleiro Promar Ceará, que conforme o governo do estado do Ceará, seria instalado em Fortaleza, mais precisamente na Praia do Titanzinho⁴, localizada no Serviluz, que atualmente se constitui como uma grande área de ocupação da cidade no bairro Cais do Porto. O Estaleiro Promar Ceará, uma criação das empresas PJMR e SkG, foi o ganhador da licitação da Transpetro para construção de oito navios gaseiros.

Apesar do interesse demonstrado pelo Governo do Estado para a instalação do equipamento, este fato não foi possível. O grande entrave para a construção do estaleiro no Mucuripe foi um conflito existente entre duas esferas do Estado no Ceará, o governo e a prefeitura. O governo do Estado via vantagem no projeto, visto que ele se encaixava na política de modernização que vinha se empreendendo no estado. Este colocava, assim, os benefícios que o equipamento poderia trazer, como geração de emprego e atração de investimentos. A prefeitura de Fortaleza, entretanto, não concordou com o projeto, pois ia de encontro com os planos que o poder local possuía para área, denominado de Projeto Aldeia da Praia. Para tanto, a prefeitura alertava quanto as desvantagens de se instalar um estaleiro em um centro urbano⁵. Assim, em julho de 2010, o governo federal em acordo com o poder

⁴ O Titanzinho é a denominação dada a uma área onde residem pessoas de baixa renda, localizada nas proximidades do Porto do Mucuripe. Sua praia é famosa pela prática do surf.

⁵ Conforme Couto, Couto e Teixeira (2005) são várias as desvantagens de se instalar um estaleiro em um centro urbano, principalmente, se este for um destino turístico. As principais, e mais citadas de acordo com os autores, são: produção de resíduos; lamas nos arruamentos; produção de poeiras; poluição do solo da água e danificação das redes de drenagem; impacto visual; ruído; aumento do volume de tráfego e ocupação da via pública; danificação do espaço público.

municipal de Fortaleza estabeleceu que o estaleiro não seria construído em Fortaleza, sendo transferido para o Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Ipojuca, no Estado de Pernambuco.

Assim, durante todo o século XX e na primeira década do século XXI o Grande Mucuripe passou por uma série de transformações espaciais, permitindo que esta região da cidade deixasse de ser apenas uma área de habitação precarizada, integrando a ela uma série de funções, dentre elas portuária, industrial, turística e residencial. Tais atividades despertaram o interesse do capital imobiliário para esta porção da cidade, permitindo que ela se transformasse num misto de opulência e miséria (ARAÚJO, CARLEIAL, 2003), onde famílias de renda média e alta convivem ao lado de áreas de favelas.

Dentre os projetos atuais para a área destacam-se o Terminal de Passageiros do Porto de Fortaleza e o Veículo Leve Sobre Trilho. O primeiro, localizado no bairro Cais do Porto, é um dos Grandes Projetos Urbanos que chegam à cidade no contexto da Copa do Mundo 2014. O terminal de passageiros oferece serviços para passageiros e operadores de cruzeiros, possuindo um cais preferencial para transatlânticos e transoceânicos. Já o segundo, o VLT ramal Parangaba-Mucuripe é um projeto do Governo do Estado do Ceará que mais vem causando conflitos na cidade em razão da quantidade de remoções calculadas para a execução de todo o projeto⁶. Caracteriza-se por ser um sistema de transporte ferroviário de passageiros que utilizará uma via já existente e, atualmente, usada pela Transnordestina Logística S/A para o transporte de cargas. Sua extensão é de 13 km, compreendendo nove estações ferroviárias: Parangaba, Montese, Vila União, Rodoviária, São João do Tauape, Pontes Vieira, Antônio Sales, Papicu e Mucuripe, passando por 22 bairros de Fortaleza.

Apesar dos grandes investimentos feitos na cidade, não se percebe na cidade uma preocupação em diminuir os índices de desigualdade social e de segregação socioespacial, pelo contrário, o objetivo é modernizar, distanciar as camadas sociais, preparando um setor da cidade como mercadoria de consumo das classes médias e elites urbanas. Assim, os prédios comerciais e residenciais continuam surgindo na área, ocultando as favelas resistentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações espaciais no município de Fortaleza obedecem a duas lógicas, concordando com o pensamento de Abramo (2012): uma global de reprodução de cidades, onde impera o interesse do capital imobiliário apoiado pelo Estado; e uma da necessidade, onde os grupos sociais atuam por meio da luta organizada. Em Fortaleza, portanto, encontra-se um misto de opulência e miséria (ARAÚJO; CARLEIAL, 2003), havendo grupos de alta renda concentrados em determinados bairros da cidade, todavia com enclaves de pobreza em seu meio.

A Grande Mucuripe é uma porção da cidade que revela visivelmente as contradições do modelo de produção capitalista neoliberal. Bairros que vem sendo tomados pelo mercado imobiliário, em razão da proximidade da praia e de bairros centrais, tinham como impedimento de expansão áreas de favelas remanescentes. Assim, para facilitar o processo de produção do espaço urbano, o Estado entra em ação instalando grandes equipamentos na região, bem como revitalizando áreas, provocando a remoção de famílias das áreas ocupadas há décadas, bem como, valorizando a terra e o uso deste bairros.

Deste modo, algumas áreas de favelas que possuem história de lutas em Fortaleza se renderam ao capital, seja sendo removidas direta ou indiretamente. Esse processo, que ocorre em cidades de todo mundo demonstra mais uma vez, que o capital constrói e reconstrói

⁶ Conforme veiculado pelos meios de comunicações, seu projeto inicial previa a remoção de 2.500, caindo para menos de 1.700 o número de casas que serão desapropriadas no entorno do trilho, de acordo com o Governo do Estado do Ceará.

espaços, jogando os mais pobres para as periferias e segregando cada vez mais as cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro . La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latinoamericanas. **EURE** [en línea]. 2012, vol. 38, no. 114 [citado 2012-05-15], pp. 35-69. Disponible en Internet: <http://www.eure.cl/numero/la-ciudad-com-fusa-mercado-y-produccion-de-la-estructura-urbana-en-las-grandes-metropolis-latinoamericanas/>. Acesso em: 28 mai 2012.

ANJOS, Samaisa dos. Obra no Morro Santa Terezinha passará por nova licitação. O Povo. Fortaleza. 06 fev. 2013. n.p. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2013/02/06/noticiasjornalfortaleza,3001535/obra-no-morro-santa-terezinha-passara-por-nova-licitacao.shtml> Acesso em: 04 nov 2013

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, metrópole regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EdUECE, 2010.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VII, n. 146(030), 1 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2005.

BARBOSA, Anna Emília Maciel. Questão da habitação: territórios, poder e sujeitos sociais no Conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará. Fortaleza: UECE, 2009. (Dissertação de Mestrado).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Déficit habitacional no Brasil 2008. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/deficit-habitacional-no-brasil>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. In: **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUSA, M. S. de [et all]. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. (p.51-100)

COUTO, Armanda Bastos; COUTO, João Pedro; TEIXEIRA, José Cardoso. Impacto Visual dos Estaleiros de Construção nos Centros Urbanos, 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4975/1/Couto%20A_CN_2005.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

FURTADO, Bernardo Alves; LIMA NETO, Vicente Corrêa; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010) . Nota Técnica. n.1. IPEA: Brasília, mai 2013.

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe**: De Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1998.

GLAESER, Edward L. **Os centros urbanos**: a maior invenção da humanidade: como as cidades nos tornam mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes. [Tradutor Leonardo Abramowicz]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HARVEY, David. Ciudades rebeldes : Del derecho de la ciudad a la revolución urbana . [Traducción de Juanmari Madariaga]. Ediciones Aka!, S. A.: Madrid, España, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo

Demográfico 2010. Obtido via internet: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P> Acesso em: 24 set. 2013.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. [Tradução: Rubens Eduardo Farias]. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. [Tradução Estela dos Santos Abreu]. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MATTOS, Carlos A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/03mattos.pdf> >. Acesso em: 21 jan 2014.

ONU-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012**. Rumbo a una nueva transición urbana. Agosto del 2012. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=816&tmpl=component&format=raw&Itemid=18> Acesso em: 25 jul. 2013.

RAMOS, Lidiane da Costa (2003). Mucuripe: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. In: GeoTextos, vol. 9, n. 2, dez. 2013. pp. 13-25

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed., 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, José Borzacchiello da. Mercado de trabalho e a cidade brasileira. In: VALENÇA, M.M. (Org). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.